

Brasília-DF, 02 de julho de 2026

CNTI participa de mobilização nacional pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) participou, nesta terça-feira (30), da mobilização nacional promovida pelas **Centrais Sindicais** em defesa do **fim da escala 6x1 e da redução da jornada de trabalho**. Em São Paulo, o ato foi realizado na Avenida Paulista e reuniu dirigentes sindicais, trabalhadores e representantes de diversas categorias, reafirmando a unidade do movimento sindical na luta por melhores condições de trabalho, valorização da classe trabalhadora e redução da jornada sem diminuição salarial. Representando a CNTI, o secretário regional da entidade para a Região Sudeste, Eduardo Henrique Neves, participou da manifestação ao lado de lideranças sindicais de diferentes segmentos.



Manifestação em frente ao MASP São Paulo

Além da defesa da redução da jornada de trabalho, a mobilização também destacou pautas de interesse social, como o combate à violência contra as mulheres e a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas à proteção dos trabalhadores. As demandas foram expressas por meio de faixas, cartazes e discursos durante o ato, que ocorreu simultaneamente

em diversas capitais e cidades do país. Durante a manifestação, também foram direcionadas críticas a parlamentares e ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em razão da demora na tramitação da proposta que trata do fim da escala 6x1.

Centrais unem forças para acelerar a tramitação da PEC do fim da escala 6x1 no Senado



Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

A mobilização em defesa do fim da escala 6x1 ganhou novo capítulo nesta quarta-feira (1º), em Brasília. Representantes das centrais sindicais estiveram no Senado Federal para ampliar o diálogo com parlamentares e defender o avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, que reduz a jornada de trabalho sem redução de salários.

A agenda incluiu reuniões com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Otto Alencar. O objetivo foi reforçar a necessidade de que a proposta tenha sua tramitação iniciada o quanto antes, permitindo que o texto seja analisado pela comissão e, posteriormente, levado ao Plenário.

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) foi representada por sua presidente, Sônia Zerino. Para ela, a aprovação da PEC representa um avanço na valorização do trabalho e na promoção da saúde dos trabalhadores.

"A discussão sobre a jornada de trabalho vai muito além da organização das empresas. Estamos falando de qualidade de vida, de saúde física e mental e do direito ao convívio familiar. Para as mulheres, esse debate é ainda mais urgente, porque a maioria continua acumulando as responsabilidades do trabalho remunerado com os cuidados da casa, dos filhos e de familiares. Reduzir a jornada é promover mais equilíbrio, dignidade e justiça social", afirmou.

Paim, que coordenou a audiência pública realizada

Brasília-DF, 02 de julho de 2026

hoje sobre a proposta, avaliou que o debate poderá impulsionar a tramitação da PEC na CCJ, abrindo caminho para as próximas etapas do processo legislativo.

Fonte: NCST

Centrais defendem jornada de 40 horas e o fim da escala 6x1 em audiência no Senado



O Senado Federal realizou, nesta quarta-feira (10), uma audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 221/2019), que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas. Coordenado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o debate reuniu representantes das centrais sindicais, parlamentares, integrantes do Governo Federal, especialistas e entidades empresariais para discutir os impactos da proposta nas relações de trabalho, na economia e na qualidade de vida da população.

NCST reforça defesa da redução da jornada

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) participou da audiência por meio de sua presidente, Sônia Zerino, que defendeu a aprovação da proposta e destacou a importância da redução da jornada para garantir mais qualidade de vida, saúde e dignidade à classe trabalhadora.

"Não estamos discutindo apenas números ou horas trabalhadas. Estamos falando de vidas, do direito de milhões de trabalhadores e trabalhadoras de conviver com suas famílias, cuidar da saúde, estudar, descansar e viver com dignidade", afirmou.

Sônia também chamou a atenção para a realidade enfrentada pelas mulheres trabalhadoras, que, além da jornada profissional, acumulam responsabilidades com os cuidados da casa e da família. Segundo a dirigente, pesquisas demonstram que as mulheres dedicam, em média, 16 horas semanais a mais do que

os homens às tarefas domésticas e de cuidados, o que amplia a sobrecarga física e emocional.

Durante sua intervenção, a presidente da NCST relacionou ainda a redução da jornada ao enfrentamento da violência contra a mulher. Ela relatou que, durante uma atividade promovida pela Nova Central, trabalhadoras apontaram a necessidade de ampliar o funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher nos fins de semana, período em que muitas situações de violência doméstica ocorrem.

Ao defender o fim da escala 6x1, Sônia ressaltou que a organização do trabalho precisa acompanhar as transformações da sociedade. Para ela, jornadas mais equilibradas favorecem a saúde física e mental dos trabalhadores, fortalecem a convivência familiar, ampliam as oportunidades de qualificação profissional e podem contribuir para ambientes de trabalho mais produtivos.

A dirigente reconheceu que a transição para um novo modelo exige diálogo entre trabalhadores, empregadores e governo, respeitando as características dos diferentes setores da economia e garantindo segurança jurídica para todos os envolvidos. "O desafio é construir um modelo de desenvolvimento que coloque a pessoa humana no centro das decisões, conciliando crescimento econômico, competitividade e qualidade de vida", afirmou.



Também representando a NCST, o diretor de Relações Institucionais da entidade e vice-presidente da CONTRATUH, Moacyr Auersvald, afirmou que a redução da jornada de trabalho é uma reivindicação histórica do movimento sindical, presente nas negociações coletivas, convenções, acordos e mobilizações desde a Constituição Federal de 1988.

Ao defender a aprovação da PEC, Moacyr rebateu

**Brasília-DF, 02 de julho de 2026**

argumentos de que a medida prejudicaria a economia, lembrando que previsões semelhantes foram feitas quando da criação do 13º salário e da política de valorização do salário mínimo. Para ele, essas conquistas fortaleceram o mercado interno e demonstraram que a ampliação de direitos pode caminhar junto com o desenvolvimento econômico.

O dirigente ressaltou ainda que o debate sobre a jornada de trabalho vai além das relações entre empregados e empregadores, envolvendo o direito das pessoas ao convívio familiar, ao lazer, à cultura e a uma vida com mais qualidade. "Por que queremos tanto tempo? Para que as pessoas possam viver", concluiu.

Estudos reforçam benefícios da proposta

Durante a audiência, representantes do Governo Federal defenderam a redução da jornada com base em estudos técnicos que apontam impactos positivos para trabalhadores e empresas.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, apresentou levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), segundo o qual o custo médio adicional para as empresas seria de aproximadamente 7,8%, percentual que, segundo ele, não comprometeria a atividade econômica.

Já o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, apresentou estudos do Ministério do Trabalho e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicando que jornadas mais equilibradas podem aumentar a produtividade, reduzir o absenteísmo, melhorar o ambiente de trabalho e facilitar a contratação de trabalhadores. Marinho também destacou o crescimento dos casos de adoecimento relacionados ao excesso de trabalho, especialmente entre mulheres e jovens.

Paulo Paim destaca diálogo e perspectiva de avanço

Ao encerrar a audiência, o senador Paulo Paim agradeceu a participação de representantes das centrais sindicais, do setor empresarial, do governo, da academia e da sociedade civil e afirmou que o diálogo é o caminho para a construção de consensos em torno da proposta.

O parlamentar lembrou que acompanha o debate sobre a redução da jornada há mais de quatro décadas e recordou sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte, quando participou das discussões que reduziram a jornada semanal de 48 para 44 horas. Para Paim, o Congresso Nacional tem agora a oportunidade de promover um novo avanço histórico em favor da classe trabalhadora.

Segundo o senador, a redução da jornada sem redução salarial deve ser compreendida como uma política de desenvolvimento, justiça social e saúde pública, capaz de garantir mais tempo para a convivência familiar, a qualificação profissional, o lazer e a qualidade de vida.



Paim também destacou que as transformações tecnológicas e as novas formas de organização do trabalho exigem uma atualização das relações trabalhistas, construída por meio do diálogo entre trabalhadores, empregadores e poder público.

Em um dos momentos mais emocionantes da audiência, o senador, que está em seu último mandato parlamentar, afirmou que espera ver aprovada a jornada de 40 horas semanais como mais um marco histórico do Congresso Nacional.

"Esse tema não é apenas uma discussão trabalhista. É uma discussão sobre desenvolvimento, produtividade, saúde pública e qualidade de vida. Nenhum indicador econômico é mais importante do que a dignidade das pessoas, a justiça social e a vida humana", concluiu.

Assista a íntegra da audiência no Senado



<https://www.youtube.com/watch?v=pbBjTLAKM3c>

Fonte: NCST

Brasília-DF, 02 de julho de 2026

Empresários propõem alternativas à contribuição previdenciária sobre a folha



Carlos Moura/Agência Senado

A melhor forma de calcular a contribuição previdenciária das empresas — sobre a folha de pagamento ou sobre o faturamento — foi debatida por representantes de entidades empresariais em audiência pública nesta terça-feira (30) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Enquanto alguns pediram a troca da atual contribuição previdenciária, calculada sobre a folha de pagamento, por uma cobrança sobre o faturamento, setores que exigem menos mão de obra defenderam que se possa optar por continuar contribuindo sobre a folha.

A audiência debateu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 1/2026), do senador Laércio Oliveira (PP-SE). Ela prevê a substituição do modelo atual, baseado na incidência de 20% sobre a folha de salários, pela adoção de uma alíquota sobre a receita bruta, de no máximo 1,4%, com vigência a partir de 2027. O debate foi convocado por requerimento de autoria do próprio Laércio Oliveira e do relator da proposta, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

Laércio associou a PEC ao enfrentamento do envelhecimento da força de trabalho e de distorções do mercado de trabalho, como a informalidade e a chamada “pejotização”. Segundo o senador, a proposta “promove um estímulo” a quem mais emprega, ao reduzir o imposto devido por empresas com maior geração de postos de trabalho.

— A força de trabalho está envelhecendo e esse ônus está sendo transferido para a sociedade. Quando você tira os 20%, você torna o custo do emprego bem menor — afirmou.

O senador Jaime Bagattoli (PL-RO) defendeu a manutenção de uma regra de opção para setores específicos. Citando o exemplo de um confinamento

de gado que abate cerca de 30 mil cabeças e fatura por volta de R\$ 200 milhões com apenas cerca de 30 funcionários, o senador destacou a necessidade de uma regra na PEC que garanta a possibilidade de a empresa optar pelo regime mais benéfico.

— Tem que haver a regra de a empresa poder optar pelo recolhimento diretamente sobre a folha. Mas, de qualquer forma, tem que haver um mecanismo para diminuir os custos das empresas e gerar emprego no país — afirmou.

Matéria completa:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/06/30/empresarios-propoem-alternativas-a-contribuicao-previdenciaria-sobre-a-folha>

Fonte: Agência Senado

INFORME PUBLICITÁRIO

REDUÇÃO DA JORNADA E FIM DA ESCALA 6X1 SEM REDUÇÃO SALARIAL

Em 26 de maio de 2026 Centrais Sindicais, Confederações, Federações, Sindicatos e o movimento social celebraram a aprovação na Câmara dos Deputados, por 461 votos favoráveis e 19 contrários, da PEC que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, e estabelece o fim da escala 6x1.

Essa vitória histórica para a classe trabalhadora brasileira, resultado de um processo de diálogo e negociação com os deputados e deputadas e com o Governo Federal, sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta, que conferiram prioridade a essa pauta.

Agora é a vez do Senado Federal mostrar que também está do lado das trabalhadoras e dos trabalhadores!

Estamos confiantes de que o presidente do Senado Davi Alcolumbre terá a sensibilidade e a sabedoria necessárias para conduzir a aprovação definitiva desses direitos fundamentais.

A REDUÇÃO DA JORNADA GARANTIRÁ:

- ✓ SAÚDE
- ✓ FAMÍLIA
- ✓ FORMAÇÃO
- ✓ LAZER
- ✓ DESCANSO

A REDUÇÃO DA JORNADA:

- ✓ AUMENTA PRODUTIVIDADE
- ✓ INCENTIVA A INOVAÇÃO
- ✓ QUALIFICA O TEMPO DE TRABALHO
- ✓ REDUZ ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS
- ✓ GERA NOVOS EMPREGOS

A PEC assegura aos setores econômicos oportunidade e tempo para adaptação e transição, prevê a redução da jornada de forma compatível com as transformações do mundo do trabalho e fortalece a negociação coletiva para tratar da diversidade da realidade setorial.

São avanços que fortalecem o desenvolvimento nacional com soberania, inclusão social e valorização do trabalho.

A redução da jornada beneficia trabalhadores, empresas e o Brasil. Todos ganham!

SÉRGIO NOBRE presidente da CUT
MIGUEL TORRES presidente da Força Sindical
RICARDO PATAH presidente da UGT
ADILSON ARAUJO presidente da CTB
ANTONIO NETO presidente da CSB

SÔNIA ZERINO presidente da NCST
NILZA PEREIRA secretária-geral da Intersindical
JOSE GOZZE presidente da Pública
LUIZ ARRÁES coordenador-nacional do PST

GUT **FORÇA SINDICAL** **UGT** **CTB** **CSB** **NCST** **NOVA CENTRAL** **INTERSINDICAL** **PÚBLICA** **PST**